



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 24/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 21/12/2021

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
ANTONIO FRANCISCO COSTA DA SILVA
MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO
LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

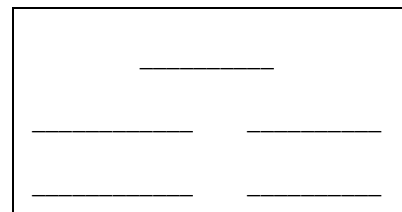
HORA DE ENCERRAMENTO: 20,00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 02/12/2021

CAIXA	3.178,82 €
FUNDOS DE MANEIO	3.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – JOÃO LUIS FOUTO LOURENÇO.....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.915.912,43 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	977.929,92 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	196,50 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	3.774,87 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	497.857,11 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830 – CAUÇÕES	1.656,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	19.504,61 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	350.345,63 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	136.270,84 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	126.288,03 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.312,15 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	2.610.434,39 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	2.467.616,27 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	142.818,12 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
2. Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
3. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de dezembro de 2021; -----
4. 2.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita; -----
5. 32.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
6. 18.ª Proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
7. Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleias Municipais (Quota de 2022/675,00€); -----
8. Proposta de arrendamento de prédio urbano sito em Alcáçovas, para utilização por parte de médico que exerce funções no Concelho, em conformidade com o Protocolo aprovado na reunião de 7 de dezembro de 2021;-----
9. Proposta de ratificação dos despachos do Senhor Presidente relativo à não aceitação, em 2021, das competências municipais no domínio da Ação Social; -----
10. Proposta de aprovação do tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos urbanos do Município de Viana do Alentejo, para o ano de 2022; -----
11. Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);-----
12. Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS ; -----
13. Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);-----
14. Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais;-----
15. Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais [Grandes Opções do Plano 2022-2026 (constituídas pelo Plano Plurianual de investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento Plurianual 2022-2025];-----
16. Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;-----
17. Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo, relativas aos anos de 2021 e 2022;-----
18. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo, ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais;-----



19. Proposta de aprovação de Adenda ao Contrato-Programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do <fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico no ano letivo 219/2020;-----

20. Proposta de fixação do preço de venda do livro “O Santuário de Nossa Senhora D’Aires-Arquitetura e Devoção (1743-1792)”, de Raquel Seixas;-----

21. Proposta de fixação do número de Bolsas de Estudo a atribuir no corrente ano letivo, bem como do respetivo montante unitário;-----

22. Proposta de atribuição de Bolsas de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica;-----

23. Proposta de manifestação da intenção de indeferimento de dezoito pedidos de atribuição de Bolsa de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica;-----

24. Proposta de submissão à Assembleia Municipal do pedido de eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Concelho;-----

25. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 22 de novembro de 2021, determinando o não exercício do direito de preferência relativamente ao prédio urbano sito no Largo de São Luis n.ºs 2 e 3 e Rua de Vila Nova n.ºs 21 e 23, em Viana do Alentejo;-----

26. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que emitiu parecer favorável à constituição de compropriedade relativamente ao prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Alcáçovas, registado em nome de Cabeça de Casal da Herança de Jacinto José Charrua, cujos futuros adquirentes são Paulo Espiga Alexandre e Ana Maria Alves Mateus;-----

27. Proposta de notificação para apresentação de documentos no âmbito de procedimento de legalização requerido por António Joaquim Vinagre Padeirinha (Processo n.º 222/21).-----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia.---

O Senhor Presidente, em nome de todos os membros da Câmara expressou um voto de pesar à família Farrica pelo trágico acidente de viação ocorrido hoje e do qual resultou o falecimento da jovem Sofia Farrica.-----

Disse o Senhor Presidente que considera oportuno que seja o Técnico Superior Bruno Lagarto a efetuar a apresentação dos assuntos relativos à reunião realizada na semana passada, no âmbito da Proteção Civil, designadamente quanto ao plano de resposta operacional da pandemia por COVID-19.-----

O Técnico Superior Bruno Lagarto referiu então que se encontra ativado o Plano Municipal de



Emergência de Proteção Civil, obrigando à realização de reuniões regulares de acompanhamento do estado da pandemia. Disse que na presente data não existe conhecimento oficial de casos de doença COVID-19 no concelho, existindo testagem diária a pessoas suspeitas.-----

O Técnico Superior Bruno Lagarto informou que foi montada uma nova tenda para apoio ao posto de vacinação, disponibilizada temporariamente pelo Exército para este fim específico e que apresenta condições satisfatórias para o objetivo em causa.-----

Este Técnico informou que na ordem de operações municipal estão sistematizadas as ações de cada entidade participante em caso de operacionalização, nomeadamente a Direção – Geral de Saúde, a G.N.R, os Bombeiros e o Serviço Municipal de Proteção Civil. Acrescentou que estão também definidas as estruturas de resposta, contendo os edifícios alocados ao apoio à população e em cada um deles, o número de camas já existentes, bem como o número total de camas a instalar e o tempo necessário para o efeito. Disse que os equipamentos de primeira linha são os dois pavilhões desportivos para apoio aos lares, tendo sido feito previamente a articulação necessária de modo a que cada entidade conheça devidamente aquilo que tem de fazer.-----

Disse este Técnico que o plano para acorrer à 5.ª vaga da COVID-19 está elaborado, sendo desejável que não haja necessidade de o ativar. Acrescentou que está prevista a ampliação das instalações do Serviço Municipal Proteção Civil, permitindo melhorar toda a logística de resposta no apoio à população. Quanto a este aspeto, o Técnico solicitou a colaboração dos eleitos, de forma a que o projeto seja efetivamente implementado.-----

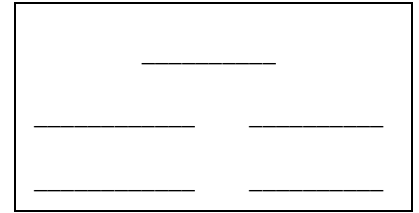
O Senhor Vereador António Costa da Silva perguntou se existem projeções ou outro tipo de informação quanto à incidência da nova variante ómicron e se são conhecidas as perspetivas da incidência neste concelho, de modo a que seja preparado o reforço das medidas.-----

O Técnico Superior Bruno Lagarto respondeu que não são conhecidos dados estatísticos sobre a existência dessa variante no concelho, sendo essa matéria centralizada pelo Delegado de Saúde que só dá a conhecer os dados quando considerar que o deve fazer.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho perguntou se está ativado o plano de emergência de proteção civil, tendo o Técnico Superior Bruno Lagarto, respondido afirmativamente.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho, reportando-se ao facto do Técnico ter afirmado que a alteração dos dados só é divulgada após decisão da comissão, perguntou a que comissão se refere. Pelo Técnico foi respondido que se trata da Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho, quanto à colaboração pedida aos eleitos a propósito da ampliação das instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil, salientou que estando o projeto aprovado, caberá ao executivo promover a execução da obra.-----



O Senhor Presidente sublinhou que o empréstimo da tenda por parte do Exército tem por objetivo colmatar rapidamente as deficiências da tenda anteriormente instalada e que não oferecia condições mínimas de conforto às pessoas que aguardavam a vacinação. Realçou que apesar da Câmara não ter competências nesta matéria, continua a preocupar-se com ela e a promover as ações necessárias para garantir à população as melhores condições. Dai a intenção de aquisição de uma tenda por parte do Município, processo que se encontra em curso – disse.-----

O Senhor Presidente recordou que estava prevista a visita à obra do Centro Social de Aguiar no próximo dia 28 de dezembro. Contudo, atendendo às atuais restrições provocadas pela pandemia, pôs à consideração dos Senhores Vereadores a realização da visita para o início do próximo mês de janeiro.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que o atendimento nos municípios, em Alcáçovas, terá lugar à quinta – -feira, no período da manhã. Acrescentou que estava previsto que o primeiro dia de atendimento fosse na primeira quinta – feira de janeiro mas que será necessário ponderar a alteração para mais tarde, devido à atual situação pandémica.-----

Disse ainda o Senhor Presidente que em relação ao atendimento aos municípios em Aguiar, ainda não há data marcada, tudo dependendo da evolução da situação atual.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos começou por expressar um voto de pesar pelo falecimento da jovem Sofia Farrica, endereçando as condolências à família neste momento que a todas deixa bastante consternados. -----

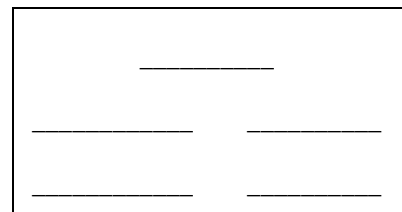
Dado a época em que nos encontramos, o Senhor Vereador Luis Metrogos desejou boas festas a todos os municípios, apesar da propagação da COVID-19, fazendo votos de que o ano de 2022 traga saúde, alegria e esperança num futuro melhor.-----

Quanto à visita à obra do Centro Social de Aguiar, disse este Vereador que na sua opinião ela poderia ocorrer na data prevista, dado que o espaço é aberto. Contudo, tendo em consideração o agravamento das medidas no âmbito da CPOVID-19, disse deixar o assunto à consideração do Senhor Presidente.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos disse ter sido enviada por e-mail uma proposta dos Vereadores do Partido Socialista, no sentido de melhorar o conteúdo do site do Município, no separador dos eleitos. Disse que esta proposta surge por ser considerado “fraco” o conteúdo da página dado que apenas contém o nome, o e-mail e a foto de cada eleito.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos referiu que a proposta concreta é no sentido de existir também uma nota biográfica de cada eleito e um link com acesso ao currículo detalhado de cada um, de forma a possibilitar à população um melhor conhecimento dos eleitos que integram o executivo .-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, atendendo ao facto do Senhor Presidente, antes de iniciar a reunião, ter referido a impossibilidade de submeter hoje a aprovação a ata relativa à reunião de 7 de dezembro,



disse que será desejável que quinzenalmente possa ser submetida a votação referente à reunião anterior, ainda que para esse efeito tenham de ser colocados mais meios a esta tarefa.-----

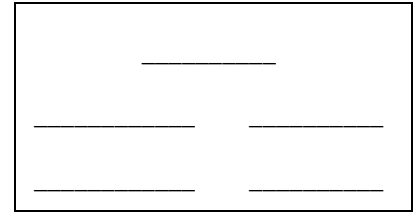
Também este Vereador se referiu ao facto de ainda não se encontrar disponibilizado o vídeo relativo à sessão da Assembleia Municipal realizada a 14 de setembro de 2021, situação para a qual já havia chamado a atenção numa reunião anterior.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos realçou que o anterior executivo criou 27 medidas, de emergência económica e social no âmbito da COVID-19, conforme deliberações da Câmara Municipal tomadas em abril de 2020 (20 medidas) e em julho de 2020 (mais 7 medidas). Disse este Vereador que num momento em que a pandemia se encontra novamente a crescer e não constando da ordem de trabalhos da reunião de hoje a prorrogação dessas medidas que na sua maioria terminarão a 31 de dezembro corrente, a pergunta que se impõe é se essas medidas são para manter e em que termos. O Senhor Vereador Luis Metrogos disse que lhe chegou a informação de que as luzes de Natal que enfeitaram o edifício da Junta de Freguesia de Aguiar são semelhantes às que enfeitaram todo o Município, não tendo sido colocadas luzes de Natal no edifício da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. Perguntou este Vereador se efetivamente os edifícios das Juntas de Freguesia de Viana do Alentejo e de Alcáçovas não têm essa iluminação de Natal e se foi a Junta de Freguesia de Aguiar que tratou de adquirir a sua própria iluminação. Referiu-se ainda o Senhor Vereador Luis Metrogos a um pagamento efetuado à ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), constante da relação de pagamentos que foi enviada para conhecimento e que tem como referência a elaboração de um diagnóstico na área social. Perguntou este Vereador qual o projeto em que se enquadra esta prestação de serviços e qual a candidatura em causa.-----

O Senhor Presidente, relativamente ao pagamento à ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, disse que se irá informar junto da técnica do GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e esclarecerá logo que seja possível.-----

Quanto às luzes de Natal do edifício da Junta de Freguesia de Aguiar, disse o Senhor Presidente que foi a própria Junta de Freguesia a tratar desse serviço, não tendo a Câmara procedido à colocação de quaisquer luzes nos edifícios das Juntas de Freguesia do Concelho. Acrescentou saber que a empresa que colocou as luzes do edifício da Junta de Freguesia de Aguiar é a mesma que forneceu à Câmara os serviços de iluminação de Natal.-----

Quanto às medidas de apoio económico e social no âmbito da COVID-19, o Senhor Presidente disse que as mesmas estão em vigor até ao próximo dia 31 de dezembro corrente, estando o executivo atento à evolução da situação no concelho, a fim de equacionar as eventuais alterações a propor à Câmara Municipal.-----



Quanto ao facto de ser desejável que as atas sejam aprovadas na reunião seguinte aquela que se refere, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos referiu ser sua convicção que a situação estabilizará no início do ano.-----

O Senhor Presidente, quanto às propostas de alteração do site do Município, disse que as mesmas estão a ser analisadas e será o Gabinete de Comunicação, que ainda está a ser reestruturado, que tratará de colocar a informação mais acessível a todos.-----

Quanto à disponibilização do vídeo da sessão da Assembleia Municipal realizada em setembro, disse o Senhor Presidente que assim que houver condições isso será feito.-----

Quanto à visita às obras do Centro Social de Aguiar, disse o Senhor Presidente não considerar muito oportuno que numa altura em que as restrições estão a aumentar, se realizem ações que não são prioritárias. Contudo, manifestou a disponibilidade para efetuar a visita, caso os Senhores Vereadores assim o entendam.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos disse nada ter a opor ao adiamento da visita, se isso for considerado mais prudente. Este Vereador fez notar que as medidas de apoio económico e social no âmbito da COVID-19 deixarão de vigorar a partir de 31 de dezembro corrente. Dado que a proposta de prorrogação das mesmas não foi submetida à Câmara e não o irá ser até 31 de dezembro, pergunta este Vereador como é que isto se compatibiliza com o crescimento da pandemia a que se está a assistir.-----

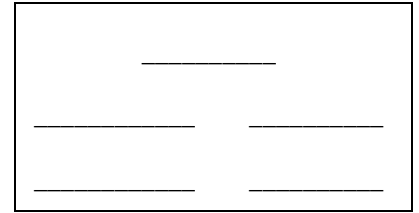
O Senhor Presidente realçou que a primeira reunião do próximo ano terá lugar no dia 5 de janeiro, sendo por isso pequeno o lapso de tempo entre o dia 31 de dezembro e essa data. Assim, será necessário avaliar a situação concreta do concelho e propor as medidas em consonância com a evolução da pandemia.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho disse que as medidas de apoio económico e social não se relacionam diretamente com o número de infetados no concelho mas sim com outros fatores que nada têm a ver com a existência de um maior ou menor número de casos ativos.-----

O Senhor Presidente disse discordar da opinião do Senhor Vereador Miguel Bentinho pois quanto maior for o número de casos ativos no concelho, menor é o número de pessoas a trabalhar e maior é o número de estabelecimentos fechados e de empresas inativas. Acrescentou que se no concelho a situação for de relativa normalidade, poderão ser equacionadas medidas de apoio mais ligeiras. Continuamente- disse- se a situação se agravar, poderá ser necessário o reforço das medidas de apoio.-----

Disse também o Senhor Presidente que lhe parece ter sido esta a lógica que presidiu à implementação das medidas de apoio em vigor, tendo as mesmas sido adaptadas ao momento em que foram tomadas.

O Senhor Vereador Miguel Bentinho referiu que as medidas de apoio foram renovadas a 14 de junho de 2021, não existindo naquela data, um aumento significativo de casos. Em sua opinião – disse- não houve



uma relação direta de causa – efeito nesta meteria.-----

O Senhor Presidente disse que em sua opinião as medidas a implementar deverão ser adaptadas à situação concreta que se vive no concelho e daí a necessidade de acompanhar a evolução para agir em conformidade.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva expressou também um voto de pesar à família Farrica, principalmente aos pais da jovem Sofia Farrica que faleceu hoje num trágico acidente de viação.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, quanto à visita à obra do Centro Social de Aguiar, disse que não sendo a mesma prioritária, nada tem contra o adiamento da data inicialmente prevista.-----

Este Vereador expressou um agradecimento à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo pela simpatia da lembrança que teve para com os eleitos da Câmara Municipal.-----

Dado que esta é a última reunião do ano de 2021, o Senhor Vereador António Costa da Silva desejou boas festas a todos, fazendo votos de que 2022 seja o ano do fim da pandemia, possibilitando que o mundo volte à normalidade e que o concelho progrida.-----

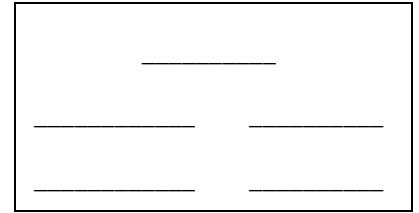
O Senhor Vereador António Costa da Silva felicitou a Olaria Mira Agostinho pelo facto de em 2021 terem estado quanto ilustradores nacionais numa residência artística em Viana do Alentejo, sob a direção artística da VICARA e produção da Passa ao Futuro.-----

Os artistas – Bruno Reis Santos, José Torres, Mariana Margarida Malhão e Mariana, a Miserável – e a família de artistas ceramistas Feliciano Agostinho, produziram diversas peças que serão editadas em séries limitadas e alguma em produções mais alargadas. A divulgação e apresentação dos resultados foi efetuada através de uma exposição na Galeria de Arte Senhora Presidenta, no Porto, situação que nos deve enaltecer de orgulho – disse.-----

Disse ainda este Vereador que estes artistas, ilustrados e designers, durante a residência artística, aproximaram duas realidades: o design gráfico e de ilustração com temporâneos e a olaria clássica, tradicional da cultura alentejana. Acrescentou que segundo a revista “Máxima”, a iniciativa visou a sensibilização para o valor cultural da olaria tradicional e local tendo os habitantes da região sido convidados a trazer peças de casa e a partilhar memórias sobre os usos da olaria no quotidiano.-----

Este Vereador realçou a importância desta iniciativa para os promotores, desejando que a Olaria Mira Agostinho continue a ter sucesso, sublinhando também a importância do desenvolvimento e progresso desta atividade tradicional neste concelho. Acrescentou que a conjugação de vontades da marca “Tasco” e dos mestres oleiros resultou no cruzamento do saber com o desenho e a criatividade dos designers portugueses.-----

Disse ainda o Vereador António Costa da Silva que os promotores pretendem alargar o âmbito das suas atividades em Viana do Alentejo, reforçando estas iniciativas e daí que considere que é fundamental o



papel do Município de Viana do Alentejo para incentivar a realização destes projetos e destas parcerias. O Senhor Vereador António Costa da Silva desejou que estas atividades contribuam para “ressuscitar” a atividade da olaria neste concelho, envolvendo cada vez mais gente, designadamente pessoas jovens, para que a olaria de Viana do Alentejo “possa ser mais do que aquilo que já foi”.

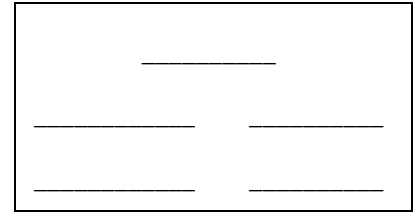
O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que há muito que é reclamada uma intervenção na Estrada de Santa Catarina, à entrada das Alcáçovas, continuando os moradores daquela zona, designadamente os munícipes José Luis Bagão e Margarida Bagão, a queixar-se da velocidade excessiva com que os veículos passam à sua porta. Dado que esta situação se anuncia há já bastante tempo e era do conhecimento do anterior executivo, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que chegou a ser equacionada a colocação de bandas sonoras no local. Perguntou este Vereador se estão a ser programadas algumas medidas para tentar minimizar este problema que já causou, inclusivamente, o atropelamento e conseqüente morte de alguns animais.

O Senhor Vereador António Costa da Silva, disse ter tido informação de que terá estado agendada uma reunião entre este Município e o Município de Portel, acerca da recuperação da Estrada de São Bartolomeu do Outeiro e que a referida reunião foi adiada, por solicitação do Município de Viana do Alentejo. Perguntou este Vereador o que efetivamente se passa quanto a este assunto.

O Senhor Vereador António Costa da Silva expressou felicitações à Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, pela passagem de mais um aniversário no dia 15 de dezembro, dado que a sua existência foi reconhecida a 15 de dezembro de 1523. Este Vereador realçou que esta entidade merece todo o nosso respeito dado o trabalho que desenvolve neste concelho e daí a nota que acabou de formalizar.

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que através de um munícipe, tomou conhecimento que há já muito tempo, o mesmo apresentou um projeto sobre a viabilidade de construção de um hotel rural no prédio denominado “casinha da zorra”, em Viana do Alentejo, não tendo obtido resposta por parte do Município. Disse este Vereador que a confirmar-se a falta de resposta ao promotor, esta situação é muito estranha. Acrescentou que de acordo com as informações de outros promotores, são muito frequentes os atrasos nas respostas do Município junto a projetos de investimento. Disse ainda este Vereador que os atrasos “gigantescos” nas respostas, demonstram que “o Município não trata bem os investidores”. Realçou que estas queixas são ouvidas há muito tempo, desincentivando o investimento no concelho de Viana do Alentejo, situação que não deverá acontecer.

O Senhor Vereador António Costa da Silva expressou ainda um voto de felicitações às Festas do Povo de Campo Maior, classificadas pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, como Património Cultural Imaterial da Humanidade, na sequência da candidatura promovida pela Associação de Festas do Povo de Campo Maior, pelo Município de Campo Maior e pela Entidade



Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo. Este Vereador realçou a importância desta distinção para o Alentejo, associando-se a outras, designadamente ao Fabrico dos Chocalhos, em Alcáçovas, sendo todas elas complementares no enriquecimento da região e merecendo, por isso, ser destacadas e valorizadas. O Senhor Presidente, relativamente aos projetos, disse que no passado dia 15 de dezembro, reuniu com o Senhor Arquiteto Carlos Marques, tal como consta da Informação Sobre a Atividade da Câmara. Acrescentou que infelizmente existem muitos casos de processos em atraso, não tendo muito mais a referir neste momento. Contudo, informou que estão a ser tomadas medidas no sentido do reforço do mapa de pessoal a fim de que se consigam colmatar a falta de recursos existentes na Divisão em causa. Disse ainda o Senhor Presidente que são muitos processos recebidos, de diversa natureza (desde pedidos de declarações simples até projetos de investimento), sendo evidente que a falta ou o atraso excessivo nas respostas, desincentiva os potenciais investidores. Acrescentou existirem ideias formadas quanto ao que se pretende fazer na Divisão de Administração Urbanística e Processual, não se conseguindo contudo resolver os problemas num curto espaço de tempo. -----

Quanto à reunião para tratar do assunto da requalificação da Estrada de São Bartolomeu do Outeiro, disse o Senhor Presidente que a mesma esteve agendada não com o Município de Portel mas sim com a Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro, a pedido desta. Contudo – disse – devido à marcação de outras reuniões e ao facto do Senhor Engenheiro João Lourenço não se encontrar ao serviço, optou-se por solicitar o adiamento daquela reunião. Contudo, disse o Senhor Presidente que há intenção de analisar o projeto de requalificação da estrada, introduzir-lhe as modificações que se considerarem convenientes e remarcar a reunião com a Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro.-----

Quanto à necessidade de intervenção na Estrada de Santa Catarina, à entrada de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente que a situação em causa está contemplada no conjunto de passadeiras e lombas a executar em diversos locais do concelho.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, a propósito da reunião sobre a requalificação da Estrada de São Bartolomeu do Outeiro, disse parecer-lhe sensato o envolvimento do Município de Portel, para além da Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro.-----

O Senhor Presidente disse que tendo sido a Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro a solicitar a presença deste Município na reunião, considera que deverá ser a Junta de Freguesia, se assim o entender, a sugerir a participação do Município de Portel. Disse ainda o Senhor Presidente que em sua opinião fará mais sentido envolver o Município de Évora neste assunto do que propriamente o Município de Portel, dado que a parte da estrada que é da responsabilidade deste, se encontra reparada. Contudo, após o Município de Viana do Alentejo reunir com a Junta de Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro, ficará a conhecer exatamente qual o objetivo dessa reunião e agirá em conformidade com isso.-----



O Senhor Vereador Luis Metrogos expressou um agradecimento à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo pela oferta do cabaz de Natal, expressando idêntico agradecimento à ASTAVA – Associação de Solidariedade dos Trabalhadores das Autarquias Locais do Concelho de Viana do Alentejo, igualmente pela oferta do cabaz de Natal aos trabalhadores do Município e aos membros do executivo.-----

Passou de imediato à Ordem de Trabalhos:-----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião. -----

Ponto dois) Informação sobre atividade da Câmara – O Senhor Presidente prestou as seguintes informações sobre a atividade da Câmara, ao período compreendido entre 9 e 20 de dezembro:

-- No dia 09 de dezembro, o executivo em regime de permanência reuniu com a Associação Trata-Me Bem. Esta Associação expôs as suas dificuldades, quer a nível de instalações, quer a nível monetário, tendo solicitado um apoio mensal no valor de 1500,00€.-----

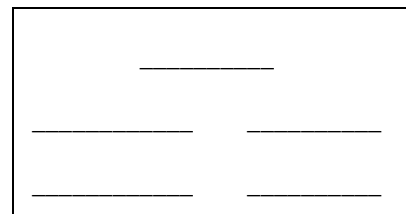
-- Neste mesmo dia, o Senhor Presidente da Câmara fez atendimento aos munícipes, tendo sido tratados diversos assuntos.-----

-- Também neste dia o executivo em regime de permanência reuniu com executivo da Junta de Freguesia de Aguiar. Nesta reunião foram mencionadas as dificuldades e necessidades com que os eleitos da Junta de Freguesia se deparam, principalmente a falta de pessoal, uma vez que o único trabalhador dos serviços externos foi sujeito a uma intervenção cirúrgica e o outro pessoal que integra os programas ocupacionais terminará a atividade no dia 21 de dezembro corrente. Foi também abordado o protocolo existente entre este Município e a Freguesia de Aguiar.-----

-- No dia 10 de dezembro, a Senhora Vice-Presidente da Câmara e o Adjunto do Senhor Presidente reuniram com a Comissão de Utentes de Alcáçovas tendo sido abordado o assunto mais preocupante - a falta de médicos no Concelho. Foi também manifestada a preocupação em encontrar um novo espaço para o Centro de Saúde em Alcáçovas bem como a necessidade de transporte para os utentes que terão de ser novamente vacinados contra a Covid-19 e não têm meios próprios para efetuar a deslocação.-----

-- No dia 11 de dezembro, no âmbito da iniciativa “Med On Tour” organizada anualmente pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, o chefe do gabinete de apoio pessoal do Senhor Presidente - Eduardo Luciano recebeu dezoito estudantes da referida Faculdade, os quais no Concelho, com o intuito de sensibilizar a população para um estilo de vida mais saudável, através da realização de um conjunto de atividades.-----

-- Nos dias 11 e 12 de dezembro, o senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, participaram no XXV Congresso da



Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que se realizou em Aveiro. O tema principal abordado foi a transferência de competências.-----

-- No dia 13 de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara participou no Conselho Regional da CCDRA- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. A Senhora Vice-Presidente e o Chefe do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente, neste dia, reuniram com a Associação Pedra Angular que apresentou algumas propostas de inclusão do Concelho no Festival Terras Sem Sombra 2022.-----

-- No dia 14 de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara participou na reunião ordinária do Conselho Diretivo da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central.-----

-- No dia 15 de dezembro, o Senhor Presidente da Câmara reuniu com o Senhor Arquiteto Carlos Marques, o qual mostrou o seu desagrado pelo funcionamento da Divisão do Urbanismo, tendo mesmo mencionado que tem mais de trinta projetos à espera de resposta. Nesse mesmo dia participou numa reunião online com as Infraestruturas de Portugal. Ainda, no dia 15 de dezembro, o Senhor Presidente reuniu com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo e com o Senhor Jacinto Barrigoto Laranjeira, membro da mesa administrativa da instituição. Nesta reunião foi solicitado apoio para a aquisição de equipamento para o Centro de Dia de Aguiar.-----

-- No dia 15 de dezembro, a Senhora Vice-Presidente da Câmara e o Adjunto do senhor Presidente da Câmara reuniram com os chefes de divisão.-----

-- No dia 16 de dezembro, no âmbito da utilização da reserva de recrutamento constituída no procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, o Senhor Presidente reuniu com a candidata Ana Catarina Grilo, com a finalidade de negociar o posicionamento remuneratório da mesma.-----

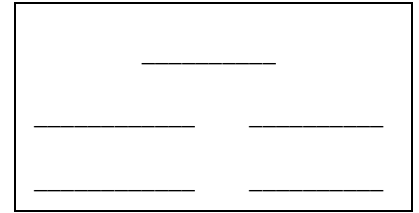
-- Também no dia 16 de dezembro o Senhor Presidente, juntamente com a Associação Terra Mãe, entregou cabazes de Natal a famílias carenciadas de Viana do Alentejo.

-- Ainda no dia 16 de dezembro e como habitualmente o Senhor Presidente reuniu com elementos da Proteção Civil, da GNR e do corpo de Bombeiros de Viana do Alentejo para verificar a incidência da pandemia de covid-19 no Concelho, concluindo-se que será de manter a mesma estrutura definida.-----

-- No dia 16 de dezembro, o Senhor Presidente fez atendimento aos munícipes, tendo sido tratados diversos assuntos.-----

-- No dia 16 de dezembro, a Senhora Vice-Presidente, o Adjunto do Senhor Presidente e os respetivos Presidentes de Juntas de Freguesia entregaram os presentes de Natal aos meninos do Centro Imaculado Coração de Maria e aos alunos do ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo de Viana do Alentejo e Aguiar.-----

-- No dia 17 de dezembro, o Senhor Presidente, o seu Adjunto estiveram, e a Associação Terra Mãe,



participaram na entrega dos cabazes de Natal a famílias carenciadas em Alcáçovas. O Senhor Presidente, o seu Adjunto, o Eng.º Lourenço e o Eng.º Samuel visitaram ainda o Centro Imaculado Coração de Maria, em Viana do Alentejo, com o intuito de verificar a possibilidade do Município vir a apoiar aquela instituição na abertura de um berçário.-----

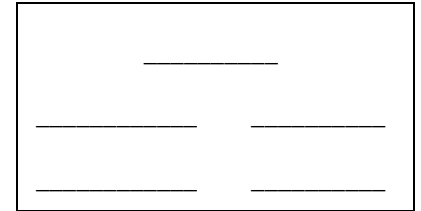
-- O Senhor Presidente, no dia 17 de dezembro, participou ainda no jantar de Natal da Junta de Freguesia de Alcáçovas.-----

-- No dia 17 de dezembro, a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas entregaram os presentes de Natal aos alunos do ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo de Alcáçovas e aos meninos da creche da Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas.-----

-- No dia 19 de dezembro, a Senhora Vice-Presidente participou na caminhada de Pais Natal, iniciativa de apoio à Associação Trata-Bem, em Alcáçovas. Neste mesmo dia, o executivo em regime de permanência visitou o mercadinho de Natal, em Alcáçovas, organizado pela associação A.M.Ar.T – Associação de Arte e Tradições de Alcáçovas.-----

-- No dia 20 de dezembro, o executivo em regime de permanência reuniu com o Senhor Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, Dr.º José Domingos Ramalho, sobre as novas competências. Neste dia, no período da tarde, a Senhora Vice-Presidente e o Adjunto do Senhor Presidente, juntamente com a Associação Terra Mãe, entregaram cabazes de Natal às famílias carenciadas de Aguiar.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, relativamente à Informação Sobre a Atividade da Câmara, insistiu em referir que a mesma é pouco esclarecedora, não especificando conteúdos, nem resultados das reuniões realizadas, nem ações futuras quanto aos assuntos. Este Vereador exemplificou com a referência feita à reunião realizada com os chefes de divisão, nada adiantando quanto aos assuntos tratados e quanto aos resultados da reunião. Exemplificou também com a referência feita à reunião realizada entre o Senhor Presidente e a Infraestruturas de Portugal, nada adiantando em relação ao motivo da reunião, ao respetivo conteúdo e aos resultados alcançados. Exemplificou ainda com a referência à reunião com a Associação Trata-me Bem, não havendo informação quanto à resposta do Senhor Presidente face aos problemas expostos. Ainda como outro exemplo, este Vereador salientou que na referência feita à reunião com a Junta de Freguesia de Aguiar, nada é adiantado quanto a soluções face aos problemas colocados, nomeadamente o da falta de pessoal. Este Vereador apresentou ainda um outro exemplo quanto à referência feita à visita ao Centro Imaculado Coração de Maria, na perspetiva do Município vir a apoiar a abertura de um berçário. Também neste caso – disse – não há qualquer informação quanto às conclusões dessa visita, nomeadamente quanto ao interesse da entidade nesta iniciativa apoiada pelo Município.-----



Disse este Vereador que podendo existir outros, são estas as questões principais que gostaria de ver esclarecidas, no âmbito da Informação Sobre a Atividade da Câmara.-----

O Senhor Presidente referiu que o documento em apreço não é “o Jornal da Câmara” mas sim um resumo da sua atividade, sem prejuízo de poder sempre esclarecer aquilo que os Senhores Vereadores entenderem perguntar. Acrescentou que não pretende alargar muito mais o documento em causa, dado que já introduziu alterações ao formato inicial, em virtude das solicitações dos Senhores Vereadores.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos argumentou que não é necessário que o documento seja muito mais extenso para que reflita o essencial: conteúdo da reunião, resultados práticos e ações futuras.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, em concordância com o que já foi referido numa reunião anterior, voltou a insistir na importância de conhecer os conteúdos das reuniões e ações realizadas e não apenas o respetivo calendário. Pela positiva, exemplificou com o que se encontra expresso na Informação sobre a Atividade da Câmara, acerca da reunião realizada no dia 10 de dezembro com a comissão de utentes de Alcáçovas. Neste caso são referidos os assuntos abordados (falta de médico e necessidade de transporte para a vacinação) dando-os a conhecer aos Vereadores. Este Vereador acrescentou que se este modelo for seguido, nem haverá necessidade do Senhor Presidente ler o documento na reunião, encurtando substancialmente o tempo dedicado a este ponto. Referiu corroborar o que foi referido a este propósito pelo Senhor Vereador Luis Metrogos, salientando a importância dos Senhores Vereadores ficarem a conhecer os assuntos, ainda que isso implique mais tempo.-----

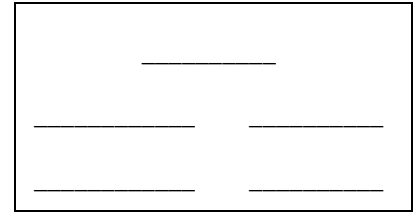
O Senhor Presidente disse que ficam registadas as opiniões expostas e que apesar da opinião que tem sobre o assunto, irá refletir sobre ele.-----

O Senhor Presidente sugeriu que os exemplos referidos pelo Senhor Vereador Luis Metrogos como necessitando de melhor esclarecimentos e densificação, lhe sejam enviados por e-mail, com vista à resposta a cada um deles.-----

A Senhora Vice-Presidente, quanto à reunião realizada com os chefes de divisão a que o Senhor Vereador Luis Metrogos fez referência, disse ser difícil enumerar todos os assuntos abordados, dado tratar-se de uma reunião periódica de articulação entre os diversos Serviços.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos disse que se estiver expresso que se tratou de uma reunião para articulação de serviços, está cumprido o objetivo informativo que se pretende. Quanto aos demais exemplos que referiu, disse este Vereador não lhe parecer de bom tom que o Senhor Presidente remeta a resposta para tratamento posterior. Nesta conformidade, voltou a repetir os exemplos a que já tinha aludido.-----

O Senhor Presidente, relativamente à visita ao Centro Imaculado Coração de Maria, disse que ela



ocorreu na sequência de uma abordagem à respetiva diretora quanto à possibilidade de reativação do berçário naquela Instituição. Por exigências legais, será necessário realizar algumas obras de adaptação e daí que os engenheiros tivessem participado na visita efetuada. Disse o Senhor Presidente ter sido manifestada a disponibilidade do Município para ajudar neste processo.-----

Quanto à reunião com a Junta de Freguesia de Aguiar, o Senhor Presidente sublinhou que a maior preocupação reside na falta de pessoal, tal como é referido na informação. Está a ser equacionada a possibilidade do Município auxiliar na limpeza da via pública, num período transitório, enquanto a própria Junta de Freguesia não conseguir resolver o problema, pelos seus próprios meios.-----

Quanto à reunião com a Infraestruturas de Portugal, disse o Senhor Presidente que foram três os assuntos abordados:-----

a) Passagens de nível existentes na estrada da Quinta do Duque e na estrada paralela a esta. A Infraestruturas de Portugal pretende desativar uma dessas passagens de nível, executando uma passagem superior sobre aquela que se mantiver. Já tinha existido negociações com o anterior executivo, embora não tivesse chegado a haver acordo. Será realizada nova reunião, sendo intenção do Município tentar que se mantenham ativas as duas passagens de nível;

b) Intenção do Município quanto à posse das instalações da Estação de Alcáçovas. Havendo interesse por parte deste Município em manter as instalações, terá de ser ouvido o Município de Évora quanto ao seu interesse pois daqui dependerá o tipo de acordo a celebrar com a Infraestruturas de Portugal;

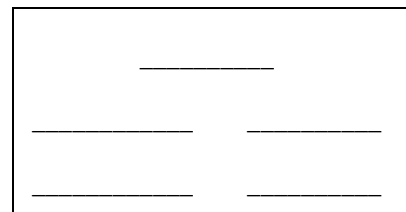
c) Integração no domínio público do Estado, do troço da Estrada Nacional 257, entre o quilómetro 14 e o quilómetro 17,505. Situação já acordada com o executivo anterior e à qual será dada continuidade.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva manifestou a sua perplexidade pelo facto dos temas acabados de referir pelo Senhor Presidente não terem sido trazidos a uma reunião anterior, atendendo à sua importância e à sua atualidade. Acrescentou que algumas matérias em causa, reportam-se a preocupações trazidas pelos Vereadores em anteriores reuniões.-----

Quanto à estação de Alcáçovas, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que é imprescindível clarificar e esclarecer devidamente esta questão, sugerindo ao Senhor Presidente que em futura reunião com a Infraestruturas de Portugal obtenha os elementos necessários para que o assunto possa ser devidamente discutido na Câmara.-----

Quanto ao tema do troço da Estrada Nacional 257 que já foi tratado com o anterior executivo, disse o Senhor Vereador António Costa da Silva desconhecer-lo por completo, parecendo-lhe evidente a necessidade de esclarecimento.-----

O Senhor Presidente referiu que a informação está disponível (e tanto assim é que foi transmitida) e que ele próprio a facultará se lhe for solicitada.-----



O Senhor Vereador António Costa da Silva considerou que os Vereadores não têm a obrigação de fazer perguntas sobre temas centrais, cuja informação lhe deve ser facultada, à partida.-----

O Senhor Presidente respondeu que considera não ter a obrigação de estar a informar tudo ao pormenor, sem que os Senhores Vereadores lhe perguntem.-----

Quanto à estação de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente que a sua opinião é no sentido de que ainda que o Município de Évora não pretenda ficar com as instalações, deverá o Município de Viana acordar com a Infraestruturas de Portugal, a sua aceitação das mesmas, evitando a sua demolição.-----

Quanto ao troço da Estrada Nacional 257, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos, tendo entretanto solicitado os elementos em poder desta Divisão e mediante indicação do Senhor Presidente, referiu o seguinte:-----

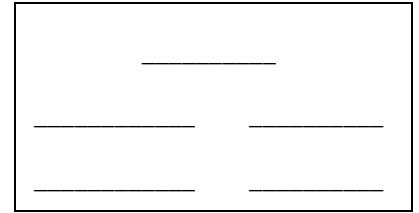
Este processo foi acompanhado pelo Gabinete que presta assessoria jurídica ao Município e no dia 28 de junho de 2021, o Senhor Vice-Presidente, em substituição do Senhor Presidente, invocou a urgência do procedimento, uma vez que a Assembleia Municipal iria reunir a 29 de junho de 2021 e substituindo-se à Câmara Municipal, propôs À Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal o troço da Estrada Nacional 257, entre os quilómetros 14,000 e 17,505, para integração no domínio público estadual, através da celebração de um Acordo de Mutação Dominial entre o Estado e o Município de Viana do Alentejo. A Assembleia Municipal, em sessão realizada a 29 de junho de 2021, autorizou a desafetação deste troço e aprovou a minuta do respetivo Acordo de Mutação Dominial.-----

Por ofício enviado à Infraestruturas de Portugal a 9 de agosto de 2021, foi dada a informação sobre a autorização concedida pela Assembleia Municipal e sobre a aprovação, poe esta, da minuta de Acordo de Mutação Dominial. Nesse ofício foi ainda solicitado à Infraestruturas de Portugal a extensão deste procedimento aos troços das Estradas Nacionais 257 e 384, situados neste Concelho, dado a situação dos mesmos ser idêntica à do troço objeto das deliberações da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho recordou que o anterior Presidente Bengalinha Pinto entregou ao atual Presidente Luis Miguel, a listagem dos processos em curso, constando precisamente este processo no número cinco dessa listagem, bem como a indicação dos interlocutores respetivos.-----

O Senhor Presidente referiu que foi precisamente dessa listagem informativa que extraiu a informação que transmitiu sobre este assunto, não constando contudo da mesma, a informação adicional que foi agora dada pela chefe de Divisão de Gestão de Recursos.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos considerou “extraordinário” que as três informações dadas agora pelo Senhor Presidente acerca da Reunião com a Infraestruturas de Portugal, não constem da Informação sobre a Atividade da Câmara, limitando-se esta a referir ter havido uma reunião com a Infraestruturas de Portugal. Sem nada mais acrescentar. Acrescentou que estas informações são extremamente



importantes, só agora estão “em cima da mesa”, facto que vem corroborar a necessidade da Informação sobre a Atividade da Câmara ser mais detalhada.-----

Perguntou ainda este Vereador ao Senhor Presidente como foi possível ele ter participado na reunião com a Infraestruturas de Portugal, sem ter levado os assuntos preparados para discussão.-----

O Senhor Presidente clarificou que esta reunião realizada por meios digitais, foi uma reunião de apresentação, que não teve por finalidade discutir qualquer assunto mas sim efetuar um ponto de situação dos assuntos pendentes.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse não ter conhecimento da lógica subjacente à desafetação do domínio público municipal do troço de 3 quilómetros da Estrada Nacional 257. Disse não perceber os motivos desta desafetação nem os objetivos e interesse da mesma, parecendo-lhe importante que o assunto seja esclarecido. Também o Senhor Vereador António Costa da Silva insistiu em perceber bem a posição do Senhor Presidente quanto à estação de Alcáçovas, dado que das suas palavras parece poder deduzir a sua concordância quanto à interferência do Município de Viana do Alentejo num património pertencente a outro concelho, com a particularidade do Senhor Presidente ter participado num protesto liderado pela Câmara de Évora, a qual dispõe de uma informação que nunca foi transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara de Viana aos Vereadores, não se percebendo porque é que, de repente, existiu aquele protesto. Este Vereador voltou a insistir na necessidade de esclarecer bem esta situação.-----

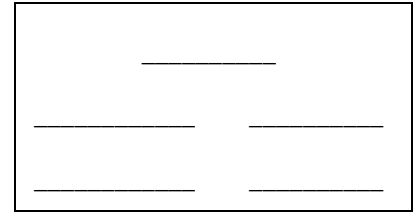
A chefe da Divisão de Gestão de Recursos, referindo-se às questões colocadas pelo Senhor Vereador António Costa da Silva acerca do troço da Estrada 257, objeto de desafetação do domínio público municipal, referiu que talvez os considerandos constantes do despacho do Senhor Vice-Presidente de 28 de junho de 2021, ajudem a esclarecer algumas dúvidas. Neste contexto, procedeu à leitura dos referidos considerandos, os quais se transcrevem integralmente:-----

“- Considerando que o Plano Rodoviário Nacional de 1998 reclassificou na Rede Rodoviária Nacional o troço da EN 257 entre os quilómetros 14,000 (IC 33) e 17,505 (limite do perímetro urbano da sede do Concelho de Viana do Alentejo);

- Considerando que o troço em questão, recebido pelo Município de Viana do Alentejo por auto de transferência assinado em 1992 pela Junta Autónoma das Estradas e pela Câmara Municipal, passa a integrar, por força da lei, o domínio público do Estado;

-- Considerando que importa formalizar essa transferência do domínio público municipal para o domínio público estadual.”-----

Acerca da estação das Alcáçovas, disse o Senhor Presidente ficar um pouco admirado com a posição manifestada agora pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, parecendo-lhe contrária à posição que



defendia antes de ser eleito, ao reivindicar a referida estação.-----

O Senhor Presidente salientou não existir, neste processo, nada a esconder. Recordou que foi recebido um e-mail da Infraestruturas de Portugal, informando sobre a intenção de demolição da estação e disse não lhe parecer nada mal que o Município de Viana, para impedir a demolição, fique com aquelas instalações se o Município de Évora não as quiser. Acrescentou que só depois de reunir com a Câmara de Évora poderá definir com exatidão a sua posição.-----

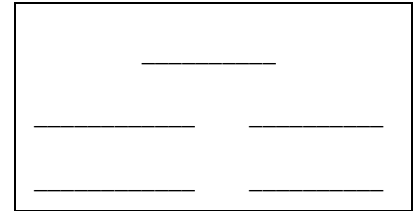
O Senhor Vereador António Costa da Silva disse ao Senhor Presidente que não tem culpa de que ele se prepare mal quanto aos assuntos e que no caso de não ter uma resposta clara, parta para o ataque como já aconteceu. Disse este Vereador que se o Senhor Presidente ler a posição que ele tomou anteriormente sobre este assunto, liderando inclusivamente uma petição, concluirá que aquilo que defende é que a estação não seja demolida, nunca referindo que deverá ser o Município de Viana a ficar com um património que pertence a um município vizinho. Acrescentou que na sua opinião faz sentido poder existir colaboração entre o Município de Viana e o Município de Évora, relativamente a um património que nos é próximo. Contudo – disse – na hipótese do Município de Évora se excluir deste processo, é “chocante ser a Câmara de Viana a resolver um problema do concelho de Évora. Este Vereador salientou ainda o quão absurdo é a Infraestruturas de Portugal querer demolir um património centenário, situação que só por si merece um protesto. Contudo – disse – o que há a fazer e quem o deverá fazer, é outra questão.-----

Quanto a acusação de “vir mal preparado”, o Senhor Presidente disse que os Senhores Vereadores lhe estão a exigir que debata uma matéria sobre o qual ainda não há dados suficientes, tentando forçar respostas que ainda não existem dado que apenas decorreu uma reunião de apresentação com a Infraestruturas de Portugal.-----

O Senhor Presidente, tal como referido pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, considera que é absurda a demolição da estação de Alcáçovas. Acrescentou estar de acordo com o encaminhamento dado a este assunto pelo anterior executivo, no sentido do Município poder recuperar e dar utilização ao imóvel em causa. Contudo – disse – estando em causa um património situado no Concelho de Évora, não será correto tomar qualquer posição sem reunir previamente com a Câmara de Évora para saber qual a sua posição.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu-se ao texto que escreveu sobre a intenção de demolição da estação de Alcáçovas, lendo os seguintes excertos do mesmo:-----

“ A Estação de Alcáçovas, apesar de estar situada no concelho de Évora, é uma infraestrutura da Linha do Alentejo, que serve a Freguesia de Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. -----
Esta estação centenária passou a estar operacional no primeiro semestre de 1864.-----



Segundo informações recentes, a IP – Infraestruturas de Portugal SA quer demolir as estações ferroviárias do Alvito e Alcáçovas. O verdadeiro erro!-----

A empresa alega que os edifícios estão “em adiantado estado de degradação e não têm condições de habitabilidade.”-----

Destruir edifícios centenários como as Estações das Alcáçovas e Alvito, visto poder virem a ter outras utilizações, é um verdadeiro erro que não se pode aceitar.-----

A petição apresentada tem o objetivo de impedir que a IP – Infraestruturas de Portugal SA, ou outra entidade pública que a venha a substituir, destrua ou adultere este edifício centenário, mas que lhe permita uma nova e condigna utilização.”-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva salientou que em nenhuma parte do texto é defendido que deverá ser a Câmara de Viana a assumir a nova utilização do edifício, daí resultando que a posição que defendeu é exatamente aquela que continua a defender.-----

O Senhor Presidente referiu que se constata que aquilo que se pretende defender é o mesmo, embora haja alguém a aproveitar politicamente esta questão para se evidenciar, situação que compreende na ótica da oposição. Acrescentou que o que todos pretendem é que a estação não venha a ser demolida, observando que a oposição não vê com bons olhos as medidas que o Município tem vindo a tomar, conseguindo alguns resultados por essa via.-----

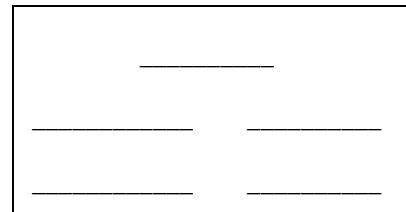
O Senhor Vereador Luis Metrogos questionou o Senhor Presidente quanto aos resultados que referiu terem sido conseguidos.-----

O Senhor Presidente respondeu que está aberta a possibilidade de negociação com a Infraestruturas de Portugal e que se a posição daquela entidade se mantiver nos termos acordados com o anterior executivo, o edifício não será demolido.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos considerou que não referir estes conteúdos na Informação sobre a Atividade da Câmara, parece-lhe bastante redutor, realçando que se as perguntas não tivessem sido feitas, as questões que têm estado a ser discutidas, nunca teriam sido abordadas. Disse ainda este Vereador que os três aspetos abordados na reunião com a Infraestruturas de Portugal deveriam constar da Informação e não constam.-----

O Senhor Presidente, em resposta, referiu que na Informação sobre a Atividade da Câmara é feita referência ao assunto e tanto assim é que esse facto é que deu origem às perguntas formuladas. Acrescentou que os documentos adicionais que trouxe para a reunião, tiveram precisamente o propósito de esclarecer os Senhores Vereadores no caso de colocarem alguma questão. Contudo, disse considerar que não tem de estar a dar informações sem saber se lhes interessam ou não.-----

Relativamente à reunião com a Associação Trata-me Bem, o Senhor Presidente esclareceu que a referida



Associação deu nota dos problemas com que se debate. Está mais direcionada para o acolhimento de felinos, tem falta de pessoal e de instalações e debate-se com problemas económicos. Disse o Senhor Presidente que o eventual apoio a prestar será objeto de ponderação e respetiva proposta.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho, ainda relativamente à Informação sobre a Atividade da Câmara, salientou o facto do Senhor Presidente ter referido que a mesma contém a referência aos assuntos e que se os Senhores Vereadores pretendem mais esclarecimentos, deverão perguntar. Na sua opinião, os conceitos de transparência e de proximidade, tão referidos antes das eleições, devem estar presentes e transparecer após as mesmas. Acrescentou não querer dizer que isso não está a acontecer, embora não possa deixar de observar que se a Informação sobre a Atividade da Câmara fosse mais objetiva e detalhada, faria certamente jus aos conceitos de transparência e proximidade já referidos. Disse ainda este Vereador estar em total desacordo com o Senhor Presidente quando este considera que deverão ser os Vereadores a questionar aquilo que pretendem ver melhor esclarecido.-----

O Senhor Presidente disse que ficam registadas as opiniões.-----

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 7 de dezembro de 2021 – O Senhor Presidente referiu que dado não ter sido possível concluir a ata em tempo útil, este ponto da ordem de trabalhos transitará para a reunião do próximo dia 5 de janeiro.-----

Ponto quatro) 2.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita – A Câmara aprovou por unanimidade a 2.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Receita.-----

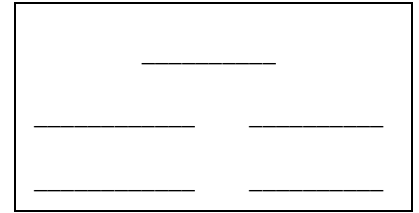
Ponto cinco) 32.ª Proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa – A Câmara aprovou por unanimidade a 32.ª proposta de alteração permutativa ao Orçamento da Despesa.-----

Ponto seis) 18.ª Proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos – A Câmara aprovou por unanimidade a 18ª proposta de alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Ponto sete) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleias Municipais (Quota de 2022/675,00€) – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais a importância de 1.175,00 € (mil cento e setenta e cinco euros), correspondente à quota deste Município, relativa ao ano de 2022.-----

Ponto oito) Proposta de arrendamento de prédio urbano sito em Alcáçovas, para utilização por parte de médico que exerce funções no Concelho, em conformidade com o Protocolo aprovado na reunião de 7 de dezembro de 2021- O Senhor Presidente apresentou a proposta de arrendamento de uma fração de um prédio, em Alcáçovas, para disponibilizar a médico que exerce funções neste concelho.-----

Os fundamentos da proposta em causa são os seguintes:-----



“•Revela-se manifestamente insuficiente o número de médicos a prestar serviço no concelho de Viana do Alentejo, com as consequências daqui decorrentes para a respetiva população que, cada vez mais, sente a acuidade da deficiência na prestação de cuidados de saúde, agora ainda mais agravada devido à situação pandémica que atravessamos;

- Foi neste contexto que a Câmara Municipal, em reunião realizada a 7 de dezembro de 2021, aprovou um Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Alentejo e como Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central, prevendo o arrendamento, por parte do Município, de uma habitação a disponibilizar ao médico deslocado para prestar serviço na extensão de saúde de Alcáçovas, integrada na UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados;

- Nos termos do disposto na alínea g) do número 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; os Municípios têm atribuições na área da Saúde.

- É uma competência da Câmara Municipal, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central (alínea r) do n.º1 do artigo 33.º do mesmo Diploma);

- É ainda competência da Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças, conforme decorre do disposto na alínea u) do número 1 do referido artigo 33.º do mesmo Diploma.”-----

Em face do exposto, o Senhor Presidente propôs:-----

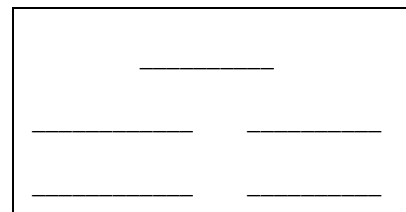
1)Que a Câmara Municipal autorize o Município de Viana do Alentejo a celebrar um contrato de arrendamento com Raquel Peres Merca, única proprietária do prédio urbano sito na Rua do Paço n.ºs 18 e 20, tornejando com a Rua do Açougue, n.ºs 2 e 4 e com a Rua dos Ciprestes, n.ºs 17 e 19, em Alcáçovas, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2904;

2)Que o contrato de arrendamento a celebrar incida sobre a fração autónoma correspondente ao rés do chão, com acessos pela Rua do Açougue, n.º 6 e Rua dos Ciprestes, n.º 19, tendo por objeto a exclusiva utilização por parte do médico colocado para prestar serviço no Posto de Saúde de Alcáçovas, não podendo ser utilizada para outro fim.

3)Que o contrato de arrendamento a celebrar seja pelo prazo de cinco anos, nos termos do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na atual redação;

4)Que a renda mensal a pagar seja de 300,00 € (trezentos euros), a atualizar anualmente com base no coeficiente legal publicado.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, perante as questões que colocou, foi esclarecido que o montante da renda mensal não inclui os gastos com a água e a luz; que não é necessário submeter à aprovação da



Câmara a minuta do contrato de arrendamento a celebrar, dada a existência de deliberação autorizadora da celebração desse contrato e que ao montante da renda não acresce o IVA.-----

Votada a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ponto nove) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente relativo à não aceitação, em

2021, das competências municipais no domínio da Ação Social – O Senhor Presidente propôs a ratificação do seu despacho de 25 de novembro de 2021, relativo à não aceitação, em 2021, das competências municipais no domínio da Ação Social, a que se refere o Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; o Despacho n.º 9817 – A/2021, publicado na segunda série do Diário da República de 8 de outubro e as Portarias números 63/2021 a 66/2021, de 17 de março.-----

O Senhor Presidente referiu que em consonância com anteriores deliberações no mesmo sentido, relativas a outras matérias, também em matéria de Ação Social considera não estarem reunidas as condições para aceitar as competências em 2021 e daí o seu despacho nesse sentido, o qual se submete a ratificação da Câmara.-----

Acerca deste assunto, o Senhor Vereador Luis Metrogos perguntou como é que o Município prevê lidar com a assunção das novas competências em matéria de Ação Social, dado que num futuro próximo, elas transitam obrigatoriamente.-----

O Senhor Presidente, em resposta, disse que o mapa de pessoal terá de ser alargado de forma a permitir a admissão de pessoas para executarem as novas competências, quer na área da Ação Social, quer noutras áreas, designadamente a Educação e a Saúde.-----

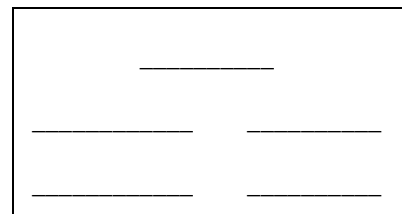
Disse o Senhor Presidente que tal como consta na Informação sobre a Atividade da Câmara, foi realizada uma reunião com o Senhor Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, Dr. José Ramalho, acerca das competências específicas em matéria de Ação Social, tendo sido explicada a tramitação do respetivo processo de transferência que se prevê que ocorra até abril, de forma gradual. Acrescentou que será necessário formar, na Câmara, uma comissão que será acompanhada pela Segurança Social no âmbito das matérias a transferir. Disse ainda o Senhor Presidente que segundo a informação transmitida pelo Dr. José Ramalho, não passarão para os Municípios, nem as instalações nem o pessoal.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente.-----

Ponto dez) Proposta de aprovação do tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos urbanos do Município de Viana do Alentejo para o ano de 2022

–Foi apresentada a proposta relativa ao tarifário dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos para o ano de 2022, prevendo a atualização dos valores em 0,9%, tendo em conta a projeção da taxa de inflação.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, perante a proposta apresentada, recordou que no ano anterior, o



Senhor Presidente, à data Vereador, referiu o seguinte quanto à proposta de atualização do tarifário em 0,8 % para 2021:-----

“Este Vereador disse não concordar com o aumento do tarifário, principalmente nesta altura em que as pessoas estão com grandes dificuldades económicas, considerando que “está a ser dado com uma mão e a ser retirado com a outra”.-----

Disse este Vereador que as dificuldades económicas que existiam há uma ano atrás, mantêm-se, tendo em conta que a situação pandémica esta até numa fase de crescimento. Perguntou este Vereador qual a justificação para a proposta de aumento ora apresentada tendo em conta que em 2020, o Senhor Presidente, enquanto Vereador, votou contra o aumento do tarifário.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos recordou que na mesma reunião de 16 de dezembro de 2020, o Senhor Presidente, então Vereador teve a seguinte intervenção, ainda a este propósito:-----

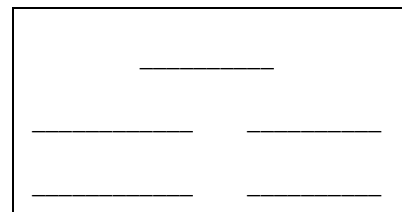
“Disse que em sua opinião, existem outras formas de poupar água, designadamente por diminuição das perdas que são muito elevadas e na sequência de algum trabalho que vem sendo feito nesse sentido. Acrescentou que não pode é concordar que as pessoas paguem cada vez mais e que a água se continue a perder por variadíssimos sítios.”-----

Tendo em conta esta intervenção, o Senhor Vereador Luis Metrogos perguntou quais as medidas preconizadas pelo executivo em regime de permanência para melhorar as infraestruturas do abastecimento de água, de forma a reduzir as perdas, tendo em conta que a entidade gestora recomenda a melhoria da taxa de cobertura dos gastos, obtida prioritariamente pela melhoria da eficiência dos serviços. Perguntou este Vereador quais as medidas previstas para o próximo ano, no sentido de minorar a insuficiência dos serviços.-----

O Senhor Presidente referiu a intenção de dar continuidade ao trabalho que começou a ser feito. Quanto à posição por si tomada no ano passado, acerca do aumento do tarifário, o Senhor Presidente recordou a situação de plena pandemia que se vivia naquela data. Acrescentou que apesar de atualmente a situação pandémica estar a evoluir, não é comparável à situação que se vivia há um ano atrás, pois não existem empresas fechadas nem há tanta gente desempregada. Disse ainda o Senhor Presidente que a atualização de valores que se propõe tem em conta a inflação prevista, respeitando as regras que nos são impostas.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos realçou que os pressupostos atuais em matéria de COVID, são idênticos aos de há um ano atrás e daí que tenha dificuldade em compreender a posição do Senhor Presidente, à Luz da Coerência na apreciação desta matéria.-----

O Senhor Vereador Miguel Benteiro recordou que no ano de 2020, os Vereadores da CDU votaram contra a atualização do tarifário em 0,8 %. Recordou igualmente que na reunião de hoje, o Senhor



Presidente referiu, a dado passo, que os Vereadores da oposição pretendiam evidenciar-se. Neste contexto, perguntou se as posições assumidas pelo atual Presidente, enquanto Vereador, também tiveram como objetivo, evidenciar-se.-----

O Senhor Presidente, respeitando todas as opiniões, voltou a referir que considera que a situação pandémica é diferente de há um ano atrás pois apesar de todas as cautelas que são necessárias, os estabelecimentos continuam abertos, permitindo às pessoas continuar a ter receitas.-----

O Senhor Presidente salientou as obrigações legais que o Município tem de cumprir, sob pena de não se poder candidatar a fundos comunitários para a realização de investimentos nas áreas do abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho referiu que já assim sucedia em anos anteriores.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos referiu que os Vereadores do Partido Socialista irão abster-se na votação desta proposta, apenas por considerarem não existir coerência nas posições do Senhor Vereador Luis Miguel e do Senhor Presidente Luis Miguel, respetivamente nos anos de 2020 e 2021.-----

Votada então a proposta de atualização do tarifário, foi a mesma aprovada com dois votos favoráveis e três abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Metrogos, Miguel Bentinho e António Costa da Silva.-----

Ponto onze) Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI):-----

1) Manutenção da taxa anteriormente aplicada aos Prédios Urbanos - 0,3%; -----

2) Fixação das deduções máximas previstas no n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI, em função do número de dependentes a cargo: -----

a) Um dependente a cargo – dedução fixa de 20 €; -----

-b) Dois dependentes a cargo – dedução fixa de 40 €; -----

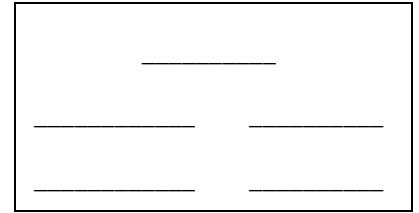
c) Três ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de 70 €. -----

3) Majoração de 30 % da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados indicados pelos Serviços Técnicos, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º-A do Código do IMI. -----

O Senhor Vereador Luis Metrogos perguntou se em relação ao ano anterior, existe aumento do número de prédios degradados, tendo o Senhor Presidente respondido não ter essa informação agora disponível.

O Senhor Presidente a propósito do agravamento de IMI, proposto para os prédios degradados (30%), disse que a maior dificuldade reside na falta de conhecimento do artigo matricial, situação que impede o efetivo agravamento por impossibilidade de comunicação desse elemento à Autoridade Tributária.-----

Votada esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----



Ponto doze) Proposta de Fixação da Participação Variável do Município no IRS – Foi apresentada pelo Senhor Presidente a proposta de fixação da participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste Município, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro; 69/2015, de 16 de julho; 132/2015, de 4 de setembro; 7-A/2016, de 30 de março; 42/2016, de 28 de dezembro; 114/2017, de 29 de dezembro; 51/2018, de 16 de agosto; 71/2018, de 31 de dezembro; 2/2020, de 31 de março e 66/2020, de 4 de novembro. A proposta, para ser submetida à Assembleia Municipal, consubstancia-se na fixação da percentagem de 2,5%.-----

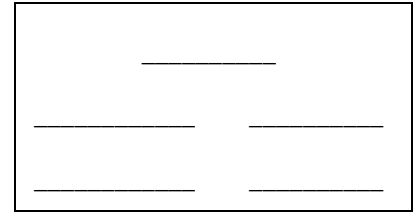
O Senhor Vereador António Costa da Silva congratulou-se com a proposta em apreciação pois no conjunto dos 10 pontos que o VIVA apresentou, esta matéria era u desses pontos. Embora a proposta hoje em apreciação não vá tão longe como o que o VIVA preconizava, concretamente a extinção da participação do Município no IRS dos contribuintes do concelho, ainda assim a proposta de redução da participação de 5 % para 2,5 % representa uma evolução, permitindo aos munícipes beneficiar de uma redução de IRS por esta via. Acrescentou que esta pequena margem é vantajosa para os munícipes que já são tão sobrecarregados com impostos.-----

Disse ainda este Vereador que a redução na participação do IRS é um fator de atenção das pessoas que queiram vir para este concelho, fomentando, nessa medida e de forma indireta, a criação de mais riqueza. Acrescentou que atualmente há muita gente a procurar o meio rural para viver, sendo este um fator de diferenciação positiva no Município. Disse este Vereador que a aproximação da participação no IRS ao zero, é um bom objetivo. Contudo – disse – não sendo isso possível, é motivo de satisfação a proposta de alguma redução.-----

O Senhor Presidente recordou que sempre defendeu que a participação do Município no IRS deveria diminuir, conforme consta das atas respetivas e daí que a proposta que agora apresenta vá exatamente nesse sentido. Acrescentou que o melhor para os munícipes seria a redução desta participação a zero. Contudo – disse – esta eliminação significaria uma redução da receita municipal na ordem dos 160 000,00 € (cento e sessenta mil euros) e daí que tenha sido apresentada a proposta de 2,5 %.-----

O Vereador Miguel Bentinho recordou que independentemente das forças políticas que têm liderado o executivo municipal, sempre o Município fixou a percentagem de participação no IRS em 5% . Salientou ainda este Vereador que esta medida de redução agora proposta não abrangeu todas as famílias mas apenas aquelas que estão sujeitas ao IRS.-----

O Senhor Presidente referiu que a proposta que submete a apreciação é aquela que considerou justa,



tendo-se limitado a recordar a sua posição sobre esta matéria, enquanto foi Vereador.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho disse que com a sua intervenção apenas pretendeu enfatizar que nunca a participação no IRS do Município foi diferente de 5%.-----

Votada então a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ponto treze) Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Nos termos da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade, para submeter à Assembleia Municipal, fixar em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação atual. -----

Ponto catorze) Proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais –

Mediante indicação do Senhor Presidente, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos fez um breve enquadramento da proposta em apreço, evidenciando as vantagens práticas para a gestão decidir, decorrentes da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, a conceder pela Assembleia Municipal.-----

Assim, por unanimidade, a Câmara aprovou a proposta do Senhor Presidente no sentido de pedir à Assembleia Municipal que conceda autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou para a sua reprogramação nos casos em que essa reprogramação não implique aumento de despesa, relativamente a Projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais, incluindo a realização de Empreitadas e relativamente a despesas relativas a fornecimento de gás, fornecimento de gasóleo, fornecimento de energia elétrica em baixa tensão e prestação de serviços de seguros. -----

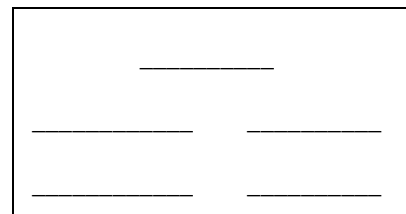
O Senhor Vereador Luis Metrogos disse que a votação favorável dos Vereadores do Partido Socialista tem subjacente o facto da aprovação desta proposta introduzir facilidades na gestão quotidiana do Município.-----

Ponto quinze) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais [Grandes Opções do Plano 2022-2026 (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026] – O Senhor Presidente, relativamente aos

Documentos em apreciação, disse que na elaboração dos mesmos foram consideradas as propostas que os Senhores Vereadores apresentaram, tentando inseri-los nos Documentos, de uma forma transparente.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que a força política VIVA apresentou dez propostas para estes documentos, sendo que a negociação das mesmas é decisiva para a viabilização dos Documentos Previsionais do Município.-----

A primeira dessas propostas – disse – refere-se à redução da taxa de participação no IRS para zero, tendo



a negociação conduzido à proposta de 2,5 % hoje aprovada, motivo de congratulação.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva, quanto à metodologia seguida na elaboração dos Documentos Previsionais, disse que não é a que considera mais adequada. Em sua opinião, o primeiro esboço dos Documentos (Grandes Opções do Plano e Orçamento) deveriam ter sido dados a conhecer aos Vereadores para que estes se pronunciassem sobre propostas em concreto. Não tendo acontecido desse modo, importa pois prosseguir do modo possível – disse.-----

Este Vereador referiu-se às propostas apresentadas pela força política VIVA, enumerando-as:-----

“—Reduzir a taxa de participação variável do IRS de 5% para 0%. Nesta situação, os 5% são devolvidos aos munícipes sob a forma de desconto no IRS.

- Criar o Centro Tecnológico de Produção e Preservação da Arte Oleira em Viana do Alentejo;
- Criar um Espaço de Incubação da Atividade Chocalheira em Alcáçovas – adaptação do Mercado Municipal em Alcáçovas (incluindo outras atividades económicas);
- Criar a Área de Acolhimento Empresarial em Aguiar de forma a aproximar o concelho de Viana do Alentejo ao cluster aeronáutico;
- Criar condições para o alargamento das Zonas Industriais do concelho (Alcáçovas e Viana do Alentejo);
- Criar o Observatório do Tratado das Alcáçovas no Paço dos Henriques em Alcáçovas;
- Criar o Projeto ECO AQUA – Programa para captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis em Viana do Alentejo. Recuperação e refuncionalização dos Fontanários e Tanques Públicos;
- Requalificar o bairro de pré-fabricado em Aguiar;
- Criar o Centro Interpretativo da Arte Chocalheira, preferencialmente no antigo cinema em Alcáçovas;
- Criar o Gabinete de Apoio ao Associativismo, com apoio técnico em vários domínios, incluindo a elaboração de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.”

O Senhor Vereador António Costa da Silva salientou que as propostas apresentadas enquadram-se num horizonte temporal, não sendo para executar de imediato até porque algumas delas implicam estudos técnicos, candidaturas e procedimentos de adjudicação.-----

Este Vereador referiu que se há proposta que consegue ver plasmadas nos Documentos, outras existem que não consegue localizar, designadamente o Espaço de Incubação da Atividade Chocalheira e o Observatório do Tratado às Alcáçovas, admitindo, porém, que não esteja a fazer a pesquisa adequada. Acrescentou a importância de esclarecer se as propostas estão ou não contempladas, pois foi esse o compromisso do Senhor Presidente na reunião realizada daí dependerá o sentido do seu voto.-----

O Senhor Presidente salientou a convergência dos diversos programas eleitorais em muitos aspetos, tendo-se tentado introduzir nos Documentos Previsionais as propostas recebidas dos Senhores Vereadores.-----



O Técnico Superior António Pimentas, relativamente às questões suscitadas pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, que não localizou nos Documentos a inscrição de algumas propostas, contribuiu para essa localização, constatando-se que estão inseridas na parte escrita dos Grandes Opções do Plano, não tendo que ficar espelhado nem no Plano Plurianual de Investimentos nem no Plano de Atividades Municipais.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos disse também ter algumas dúvidas ao não ver refletido no Plano Plurianual de Investimentos algumas das propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Socialista, embora se encontrem referidas no texto dos Grandes Opções do Plano.-----

O Técnico Superior António Pimentas esclareceu que essas propostas serão executadas através do Orçamento, não tendo que passar obrigatoriamente pelo Plano de Investimentos ou pelo Plano de Atividades, sendo que este último documento até já nem é obrigatório neste momento.-----

Disse ainda este Técnico que as propostas a incluir nos Documentos não tiverem valores atribuídos, é tecnicamente impossível conhecê-los e daí que nestes casos essas propostas estejam referidas, nos Grandes Opções do Plano, vindo depois a ser executadas através do Orçamento.-----

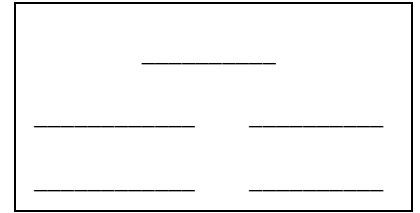
O Senhor Vereador Luis Metrogos perguntou ao Senhor Presidente quais são os projetos prioritários para iniciar no próximo ano, quais as candidaturas novas também perspectivadas para o próximo ano. Este Vereador também observou que algumas propostas apresentadas se encontram plasmadas no Plano Plurianual de Investimentos mas com valores atribuídos só em anos seguintes e não no ano de 2022.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, quanto ao valor do Orçamento para 2022 (89380597,10€), constatou que o mesmo é inferior ao valor do Orçamento inicial de 2021 em cerca de onze milhões de euros e perguntou o motivo desta diminuição. Perguntou também este Vereador qual a justificação para a existência de um superavit na ordem dos 650 000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros).-----

-O Senhor Vereador Luis Metrogos perguntou ainda quais foram os valores considerados em termos de transferências do Orçamento do Estado, designadamente se foi considerado o valor do Orçamento do Estado de 2021 ou o valor do Orçamento do Estado para 2022 que não chegou a ser aprovado.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos, relativamente aos 80 000,00 € (oitenta mil euros) orçamentadas para a compra de imóvel, perguntou de que imóvel se trata. Disse também este Vereador ter constatado que a verba inscrita para aquisição de terrenos (10 000,00 €) não é suficiente para adquirir o terreno destinado à Zona Industrial de Aguiar e perguntou se a intenção é passar essa aquisição para os anos seguintes.-----

O Senhor Presidente referiu que as ações prioritárias para 2022 são aquelas que já vêm em curso, com candidaturas aprovadas. Acrescentou que as novas obras dependerão dos valores que vierem a ser



recebidos do Orçamento do Estado.-----

O Técnico Superior António Pimentas esclareceu que o montante considerado no Orçamento municipal, relativo às transferências do Orçamento do Estado, é o que consta na Proposta do Orçamento do Estado para 2022 que não chegou a ser aprovada. Quanto ao superavit a que faz referência o Senhor Vereador Luis Metrogos o Dr. António Pimentas realçou que as receitas correntes têm de cobrir as despesas correntes, acrescidas da amortização de empréstimos, estando esta regra do equilíbrio cumprida, ainda com o superavit referido.-----

Quanto ao valor do Orçamento municipal de 2022 ser inferior ao do Orçamento municipal de 2021, o Dr. António Pimentas explicou, grosso modo, que há regras para elaboração do Orçamento, algumas baseadas na média da receita arrecadada nos últimos 24 meses, não sendo possível deixar de as cumprir.-----

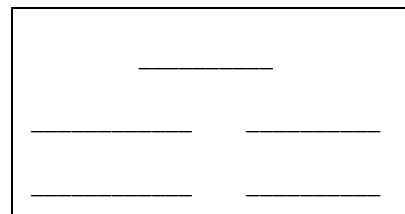
Quanto aos montantes inscritos para anos seguintes, o Dr. António Pimenta explicou que com o mecanismo de introdução do saldo que transitará desta gerência, poderá ser equacionada a execução de algumas obras que, nesta data, só têm valores previstos para anos seguintes, dado que o montante inicial do orçamento não permite fazer de outra forma.-----

Atendendo à explicação que foi dada, o Senhor Vereador Luis Metrogos concluiu que no momento da integração do saldo de gerência anterior, haverá então a necessidade de redefinir algumas calendarizações, podendo vir a ser priorizadas algumas obras que neste momento só tem verbas previstas para os anos seguintes.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos fez notar a importância de que no próximo Orçamento possa ser antecipada a discussão das propostas e possa ser cumprido o Estatuto do Direito de Oposição. Acrescentou que a posição dos Vereadores do Partido Socialista quanto aos Documentos Previsionais, será de abstenção pois apesar de não concordarem com a totalidade das propostas, constatarem que algumas das que apresentaram foram contempladas. Daí que considerem importante dar um voto de confiança para viabilizar a aprovação dos primeiros Documentos Previsionais apresentados pelo atual executivo em regime de permanência.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que para viabilizar a aprovação dos Documentos Previsionais é suficiente a abstenção pelo que será essa a sua posição, considerando o cumprimento do compromisso do Senhor Presidente ao incluir as propostas que foram apresentadas.-----

Disse o Senhor Presidente que a intenção é cumprir todos os mecanismos legais, prévias à apresentação da proposta de Documentos Previsionais, inclusivamente na que se refere ao Estatuto do Direito de Oposição e discutir atempadamente com os Senhores Vereadores as propostas a incluir. Acrescentou que a reunião informal que este ano realizou com os Senhores Vereadores foi o mecanismo possível,



dentro do tempo disponível.-----

Votada a proposta de Documentos Previsionais foi a mesma aprovada com dois votos favoráveis e três abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Metrogos, Miguel Bentinho e António Costa da Silva.

Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2022- Foi apresentado o Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2022.-----

O Senhor Vereador Luis Metrogos colocou algumas questões relativas à proposta do mapa, designadamente se no aumento dos postos de trabalho previstos estão contempladas as necessidades decorrentes da transferência de competências. Também este Vereador fez notar o impacto no Orçamento Municipal decorrente da admissão de cerca de cinquenta novos trabalhadores.-----

Pela Senhora Vice – Presidente foi transmitida a informação de que dispõe relativamente a postos de trabalho necessários no âmbito da transferência de competências, não estando ainda clara a forma de admissão desses trabalhadores.-----

O Senhor Presidente esclareceu que para além dos postos de trabalho a preencher em consequência do processo de descentralização de competências, há outros que são consideradas imprescindíveis para a prossecução da atividade municipal.-----

Votada a proposta do mapa de pessoal para 2022, foi a mesma aprovada com dois votos favoráveis e três abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Metrogos, Miguel Bentinho e António Costa da Silva.-----

Ponto dezassete) Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo, relativas aos anos de 2021 e 2022 – Foi apresentada a

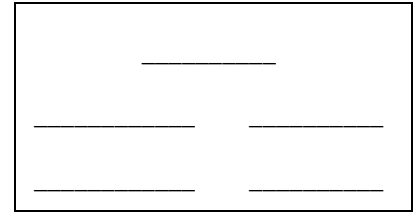
proposta de pedido à Assembleia Municipal de nomeação do Auditor Externo responsável pela Certificação Legal das Contas do Município, relativas aos anos de 2021 e 2022, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação.-----

A proposta consubstancia-se na nomeação da Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., previamente à adjudicação dos serviços em causa.-----

Esta proposta foi aprovada com quatro votos favoráveis e uma abstenção por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva.-----

Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo, ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais – Nos termos da

proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou transferir para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo a importância de 360,00 € (trezentos e sessenta euros) relativa ao 2.º e ao 3.º trimestres de 2021.-----



Ponto dezanove) Proposta de aprovação de Adenda ao Contrato-Programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2019/2020 – A Câmara aprovou por unanimidade a Adenda ao Contrato do programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo de 2019/2020.-----

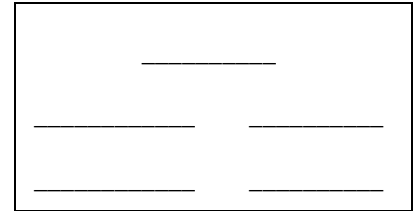
Ponto vinte) Proposta de fixação do preço de venda do livro “O Santuário de Nossa Senhora D’Aires – Arquitetura e Devoção (1743-1792)”, de Raquel Seixas – A Câmara deliberou por unanimidade fixar em 13,00 € (treze euros) com IVA incluído, o preço de venda do livro “O Santuário de Nossa Senhora de Aires – Arquitetura e Devoção (1743-1792)”, de Raquel Seixas.-----

Ponto vinte e um) Proposta de fixação do número de Bolsas de Estudo a atribuir no corrente ano letivo, bem como do respetivo montante unitário - Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica, a Câmara deliberou por unanimidade:

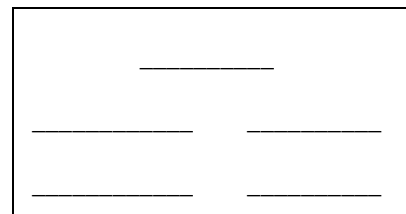
- a) A atribuição, no corrente ano letivo de 2021/2022, de 68 (sessenta e oito) Bolsas de Estudo; -----
- b) Que o montante unitário da Bolsa de Estudo seja de 80,00 € (oitenta euros) mensais, a pagar durante os dez meses previstos no Regulamento respetivo, sendo o total de 800,00 € (oitocentos euros) por aluno beneficiário. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de atribuição de Bolsas de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir e renovar as seguintes Bolsas de Estudo no corrente ano letivo de 2021/2022, nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano:-----

- Joana Miguel Paixão Penetra, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Paula Cristina Alves Fadista Brito, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Cristiana Isabel Tim Tim dos Santos, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Catarina Pereira Campaniço, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Daniel Soares Mendes, aluno do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Rui Diogo Nobre da Rocha, aluno do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Filipa Quaresma Coelho, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Margarida Isabel Farinha Engenheiro, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Beatriz Marcelino Santos, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- David Luis Machado Banha, aluno do 1.º ano/Licenciatura;-----



- Jani Alexandra Serrão Canelas, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Catarina Carvalho Mochila, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Inês Parreira Feio, aluna do 1.º ano/Licenciatura;-----
- Catarina de Jesus Quaresma Costa, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Carolina Amante Bagão, aluna 4.º ano/Licenciatura;-----
- Jéssica Filipa Rebocho Correia, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Raquel Manita Fernandes, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Teresa Bentinho Lagarto, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Sofia Albuquerque dos Santos, aluna do 4.º ano/Licenciatura;-----
- Sofia Isabel Baixinho Soldado, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Ana Teresa Banha Grosso, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Ana Filipa Maia Pão – Mole, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Carolina Isabel Gato Carvalho, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- António João Figueira Falé, aluno do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Ana Rita Macau Parreira, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Raquel Alexandra Saúde Merca, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Célia Cristina Lima Pelado, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- André Miguel Fura Fadista, aluno do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Miguel Pacheco Marques, aluno do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Joana Maria dos Santos Baioneta, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Catarina Alexandra Rodrigues Celeiro, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Rafael Filipe Laranjeiro Zabumba, aluno do 2.º ano/Licenciatura;-----
- David Gabriel Barreiros Ferreira, aluno do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Vanessa Sofia Alves Pereira, aluna do 2.º ano/Licenciatura;-----
- Vitor Hugo Zabumba Ginete, aluno do 3.º ano/Licenciatura;-----
- Rute Marlene Maia Lação, aluna do 3.º ano/Licenciatura;-----
- João Miguel Fialho Relvas, aluno do 1.º ano/Mestrado;-----
- Ana Carolina Mendes Louro, aluna do 1.º ano/Mestrado;-----
- Florbela Guerreiro Duarte, aluna do 1.º ano/Mestrado;-----
- José Manuel Moço das Dores, aluno do 1.º ano/Mestrado;-----
- Catarina Agostinho Varela, aluna do 1º ano/Mestrado;-----
- Cristiana Isabel Filhó Parreira, aluna do 1.º ano/Mestrado;-----
- Mariana Grilo Roberto, aluna do 1.º ano/Mestrado;-----

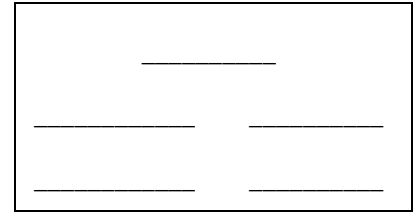


- Marlene Isabel Maurício Latas, aluna do 1.º ano/Mestrado;-----
- Diogo Henrique Laranjeiro Zabumba, aluno do 1.º ano/Mestrado;-----
- Beatriz Branco Bentinho, aluna do 2.º ano/Mestrado;-----
- Marta Sofia Pão-Mole Barão, aluna do 2.º ano/Mestrado;-----
- Francisco Miguel Latas Figueira, aluno do 2.º ano/Mestrado Integrado;-----
- Diogo Miguel Duarte Vaqueira, aluno do 4.º ano/Mestrado Integrado;-----
- Filipa Piseiro Nunes, aluna do 3.º ano/Mestrado Integrado.-----

Ponto vinte e três) Proposta de manifestação da intenção de indeferimento de dezoito pedidos de atribuição de Bolsas de Estudo ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica – Proveniente da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara

apreciou a proposta de indeferimento de 18 Bolsas de Estudo no ano letivo 2021/2022 no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do concelho de Viana do Alentejo. A Câmara, deliberou por unanimidade manifestar a intenção de indeferimento da concessão de Bolsa de Estudo aos alunos a seguir referidos, pelos motivos que para cada um se indicam, devendo proceder-se à respetiva audiência prévia:-----

- Joana Maria Efigénio Marujo, aluna do 1.º ano do Curso Técnico Superior Profissional, dado que este curso não é abrangido pelo Regulamento, nos termos do n.º 2 do seu artigo 5.º;-----
- Catarina de Jesus Ginete Bento, aluna do 1.º ano/Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----
- Maria Salomé Correia Pires, aluna do 1.º ano/Licenciatura dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----
- Maria Carlota Efigénio Marujo, aluna do 1.º ano/Licenciatura em Estabelecimento de Ensino Privado, dado que não cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (Ensino Privado);-----
- José Miguel Oliveira Ilhéu, aluno do 1.º ano/Licenciatura, em Estabelecimento de Ensino Privado, dado que não cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (Ensino Privado);-----
- Maria Leonor Borges da Silva Maduro aluna do 1.º ano/Licenciatura, dado que o processo de candidatura não respeitou o disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento, situação de exclusão enquadrável na alínea a) do n.º1 do artigo 12.º do mesmo;-----
- Afonso Banha Carvalho, aluno do 2.º ano/Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7,º do Regulamento;-
- Catarina Isabel Ribeiro Silva Francisco, aluna do 3.º ano/Licenciatura, dado que não comprova carência



económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- Maria Helena Grosso Grilo, aluna do 2.º ano/Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-

- Inês Sofia Nilha Ludovino, aluna do 3.º ano/Licenciatura, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-

- Andreia Filipa Pinto Fadista, aluna do 2.º ano/Mestrado, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-

- Inês Maria Maia Chibeles, aluna do 2.º ano/Mestrado Integrado, dado que não comprova carência económica, não cumprindo o definido na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- Francisco Piseiro Nunes, aluno do 3.º ano/Licenciatura, dado que não comprova aproveitamento escolar, não cumprido o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- André de Sousa Manilhas, aluno do 2.º ano/Licenciatura, dado que não comprova aproveitamento escolar, não cumprido o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- André Sacramento Lavado, aluno do 3.º ano/Licenciatura, dado que não comprova aproveitamento escolar, não cumprido o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- Beatriz Bento Marques, aluna do 4.º ano/Licenciatura, dado que tem um número de inscrições superior à duração do ciclo de estudos que frequenta, não cumprido o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- Rafaela Sofia Pires Bento, aluna do 4.º ano/Licenciatura, dado que tem um número de inscrições superior à duração do ciclo de estudos que frequenta, não cumprido o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento;-----

- Cristina Isabel Pelado Amante, aluna do 2º ano / Mestrado Integrado, dado que possui licenciatura, não cumprindo o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 7º do Regulamento.

Ponto vinte e quatro) Proposta de submissão à Assembleia Municipal do pedido de eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Concelho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Concelho- Proveniente da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, foi apresentada a proposta de submissão à Assembleia Municipal de que seja eleito naquele

órgão o Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que integrará o Conselho Municipal de Educação, em representação das freguesias do Concelho, nos termos do disposto na alínea do nº 1 do artigo 57º do Decreto –lei nº 2/2019, de 30 de janeiro na redação atual.



O Senhor Vereador Luís Metrogos referiu que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de apresentar uma proposta, no sentido de ser equacionada a possibilidade da presidência do Conselho Municipal de Educação ser rotativa pelos três Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, caso haja enquadramento legal para o efeito. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva considerou boa a proposta apresentada.-----

Depois de alguma discussão sobre a possibilidade legal da Câmara apresentar à Assembleia Municipal a proposta de rotatividade da presidência em causa, concluiu-se pela inexistência da lei habilitante para o efeito. Devendo a eleição ocorrer mediante votação por escrutínio secreto, na sessão da Assembleia Municipal, à Câmara compete apenas remeter-lhe o assunto, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/20210, de 12 de setembro, na atual redação-----

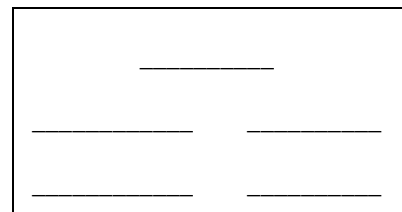
Ponto vinte e cinco) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 22 de novembro de 2021, determinando o não exercício do direito de preferência relativamente ao prédio urbano sito no

Largo de São Luís n.ºs 2 e 3 e Rua de Vila Nova n.ºs 21 e 23, em Viana do Alentejo – Foi apresentada a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 22 de novembro de 2021, determinando o não exercício do direito de preferência, relativamente ao prédio urbano sito no Largo de São Luís, nºs 2 e 3 e Rua de Vila Nova, nºs 21 e 23, em Viana do Alentejo.-----

O Senhor Vereador Miguel Bentinho referiu, mais uma vez, não conseguir compreender a tramitação deste assunto e nem a fundamentação para ser submetido à Câmara uma proposta de ratificação do não exercício do direito de preferência quando lhe parece que só no caso do exercício do direito de preferência é que a Câmara tem de se pronunciar.-----

Foi entretanto solicitada a presença da senhora Chefe de Divisão de Administração Urbanística e Processual, que explicou a tramitação destes processos, desde o anúncio publicitado, através da Plataforma Casa Pronta até à decisão de exercício não do direito de preferência que é uma competência da Câmara Municipal. Referiu que, neste caso concreto, o primeiro passo foi a manifestação da intenção do Município exercer o direito de preferência, dado que, nos termos legais, goza desse direito, uma vez que o imóvel em causa se situa em zona de proteção de imóveis classificados. Neste caso concreto, essa manifestação de intenção impediu que se realizasse a escritura de compra e venda do imóvel com um particular, agendada para daí a muito pouco tempo.-----

O Senhor Vereador Luís que na opinião dos vereadores do Partido Socialista, este processo não tem sido bem conduzido, com a agravante do despacho do Senhor Presidente para ratificação da Câmara ter demorado muito tempo a ser apresentada.-----



O Senhor Vereador Miguel Bentinho referiu que, apesar das explicações dadas e do enquadramento técnico feito, não se sente perfeitamente esclarecido quanto a este assunto.

Votada a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, foi a mesma aprovada com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luís Metrogos e Miguel Bentinho.-----

Ponto vinte e seis) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que emitiu parecer favorável à constituição de compropriedade relativamente ao prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Alcáçovas, registado em nome de Cabeça de Casal da Herança de Jacinto José

Charrua, cujos futuros adquirentes são Paulo Jorge Espiga Alexandre e Ana Maria Alves Mateus -Nos termos da Informação técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 6 de dezembro de 2021 que emitiu parecer favorável à constituição de compropriedade relativamente ao prédio rústico denominado “Lage”, sito em Alcáçovas, registado em nome de Cabeça de Casal da herança de Jacinto José Charrua, cujos futuros adquirentes são Paulo Jorge Espiga Alexandre e Ana Maria Alves Mateus.-----

Ponto vinte e sete) Proposta de notificação para apresentação de documentos no âmbito de procedimento de legalização requerido por António Joaquim Vinagre Padeirinha (Processo n.º 222/21)-

Nos termos da informação técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao Processo Nº 222/21, cujo requerente é António Joaquim Vinagre Padeirinha, a Câmara deliberou, por unanimidade, notificá-lo para que no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de receção da notificação, apresente os elementos em falta para o procedimento de legalização, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 102- A do Regime Jurídico da Urbanização e edificação, estabelecido pelo Decreto- Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual.-----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente desejou a todos um Feliz Natal e que o ano de 2022 seja melhor do que o que agora finda, principalmente a nível da saúde.-----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às vinte horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade.-----

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

_____	_____
_____	_____